

CIÊNCIA ECONÔMICA: UM INSTRUMENTO EM ESSÊNCIA?

Eloah de Jesus Fassarella¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo expor o desenvolvimento de um estudo acerca da compreensão do que é a ciência econômica a partir de aspectos filosóficos, metodológicos e históricos, para que seja possível traçarmos um paralelo quanto à sua funcionalidade para manutenção da ordem capitalista.

Palavras-chave: Ciência Econômica; Filosofia da Ciência; Paradigmas.

INTRODUÇÃO

A Ciência Econômica surge concomitantemente à conformação do capital como relação social, tendo como primeiro expoente, conhecidamente, Adam Smith e consigo, a Escola Clássica. A partir de então, foi representada através dos neoclássicos, com a suposta revolução marginalista, keynesianos, após a inflexão da teoria neoclássica em vistas à Grande Depressão de 1929 e neoclássicos novamente, conformando o atual estágio em que estamos.

Por isso, no decorrer da história do pensamento econômico estiveram em dominância alguns paradigmas científicos específicos e a mudança de paradigma preconizou, historicamente, a sobreposição de um, supostamente esgotado, pela emergência de outro. Porém, esse esgotamento apresentado é diz respeito a uma base estritamente metodológica?

Para chegarmos à análise própria da ciência econômica e do questionamento acima, mobilizaremos aspectos filosóficos, históricos e metodológicos. Dessa forma, o artigo será subdividido em três seções, sendo a primeira direcionada à uma introdução à filosofia da ciência, a segunda em que serão apresentadas aproximações sobre as contradições em representações artísticas e a ciência econômica, tendo em vista que ambas se relacionam com o mundo e a sociedade, e a terceira, em que serão descritas as rupturas históricas que demandaram mudanças no paradigma econômico dominante. Nesta parte também será feito um esforço em torno de confirmar a hipótese de que a ciência econômica se apresenta de formas diferentes no decorrer da história, mas que pressupõe atender uma necessidade intrínseca de si mesma, que é a manutenção da ordem capitalista.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/Ufes).

Em vistas do exposto acima, utilizaremos como base para nossa argumentação um apanhado bibliográfico que congrega economistas, filósofos e historiadores, no intuito de agregarmos à discussão aspectos indispensáveis, apesar de passarmos, necessariamente, de forma superficial sobre certos aspectos que tomaremos como conhecidos.

CONHECENDO O CONHECER: PAPEL DA FILOSOFIA

Para que seja possível desenvolvermos o estudo que se segue, é necessário que, inicialmente, tenhamos em mente a centralidade da filosofia para a análise da ciência enquanto tal.

Partindo-se da compreensão de que a ciência é uma forma sistematizada e proposital de realizar conhecimento, à filosofia cabe desenvolver conhecimento sobre o conhecimento em si, não restringindo-se ao conhecimento científico, mas também sobre ele. Caio Prado Jr. (2009, p. 14) questiona e expõe o seguinte

[...] qual o possível objeto do Conhecimento que não seja objetos do Conhecimento? Pergunta aparentemente sem sentido dentro dos cânones lógico-linguísticos ordinários mas que se resolve simplesmente, e veremos que historicamente também, no fato de que além do conhecimento dos objetos ordinários do Conhecimento – as feições e ocorrências do Universo em que existimos e de que participamos – pode haver, e efetivamente há ainda, reflexivamente, um Conhecimento do próprio conhecimento.

Tendo isso em vista, a filosofia “conserva-se dentro e no âmbito do Conhecimento como objeto.”, de acordo com Caio Prado Jr. (2009, p.18) e está para nós como “ferramenta” essencial para conhecimento do que nos propomos.

Apesar de, certamente, julgarmos os meios pelos quais a ciência econômica é feita, é importante salientarmos que o presente trabalho não busca concluir o que ela deveria ser ou representar. Como se supõe aqui, ela nasce em conjunto à disseminação da dinâmica do capital como relação social, o que preconiza a existência de uma essência e formas fenomenológicas segundo um mesmo estatuto ontológico, como se segue

Para Marx, a essência e o fenômeno são categorias que possuem um mesmo *estatuto ontológico*, são igualmente existentes e igualmente necessárias ao desdobramento de todo e qualquer processo. Não há absolutamente nenhuma processualidade que não desdobre, no seu desenvolvimento, uma relação entre essência e fenômeno. Em sendo assim, o que distinguiria essência e fenômeno seriam as distintas funções que exercem no interior da processualidade da qual são determinações. (Lessa, 2001, p.92)

Portanto, não negaremos seu estatuto ontológico para “definirmos” utopicamente uma suposta forma ideal de ciência econômica.

Além disso, ao buscarmos “definir” algo, temos de partir do conhecimento de suas funções, pois como bem apontado por Caio Prado Jr. (2009, p.78) “os conceitos nada significam ou representam por si e isoladamente”. Apesar de que uma “coisa” pode ser algo por si só, independente de uma compreensão sobre ela, como apresenta Baskhar (2009, p.2) o conceito de objetos intransitivos do conhecimento sendo “em geral, invariantes ao nosso conhecimento deles: são as coisas e estruturas reais, mecanismos e processos, eventos e possibilidades do mundo; e em sua maioria, são completamente independentes de nós.”, ela não pode ser “conhecida” sem que seja possível saber de que forma atua.

Para o realismo transcendental, se não houvesse nenhuma ciência, ainda assim haveria uma natureza, e é esta natureza que é investigada pela ciência. O que quer que seja expresso na natureza tem de ser expresso em pensamento, mas as estruturas e constituições de leis causais descobertas na natureza não dependem do pensamento. [...] isso não é simplesmente uma crença metafísica dogmática: ao contrário, é uma posição filosófica pressuposta por aspectos essenciais da atividade social da ciência [...]. (Bhaskar, 2009, p. 5)

Consequentemente, pressupõe-se desenvolver conhecimento da finalidade, aquilo que é “expresso na natureza”, para então ser possível captar e conhecer. Por isso, o mundo existe e a ciência não é necessária, mas para a ciência existir, é necessário que o mundo seja de tal forma, por isso, afirma Baskhar (2009, p. 6):

O estatuto de proposições na ontologia pode ser descrito então pela seguinte fórmula: não é necessário que a ciência ocorra. No entanto, dado que ocorre, é necessário que o mundo seja de certa forma. É contingente que o mundo é tal que a ciência é possível. E, dado que a ciência é possível, sua existência efetiva depende da satisfação de certas condições sociais. [...] não é o caráter da ciência que impõe um determinado padrão ou ordem sobre o mundo; mas a ordem do mundo que, sob determinadas condições, torna possível o grupo de atividades que denominamos “ciência”.

Apesar de os objetos intransitivos do conhecimento estarem no mundo de forma autônoma, desenvolver compreensão sobre o mundo demanda como pré-requisito estruturas mentais que a possibilite, que são os objetos transitivos do conhecimento. Esses últimos são, de acordo com Baskhar (2009, p.2) “produtos sociais – conhecimentos previamente estabelecidos capazes de funcionar como objetos transitivos de novos conhecimentos – [...] utilizados para explorar a desconhecida (porém conhecível) estrutura intransitiva do mundo.”, portanto possuem a capacidade de permitir o acesso às estruturas intransitivas, autônomas, e então, desenvolver conhecimento (ciência) sobre aquilo.

Portanto, “fazer” ciência, como supõe-se, é capturar fenômenos que ocorrem no mundo e procurar entendê-los, não produzir algo. É, a partir da realidade concreta, sistematizar o meio de análise, partindo de um conjunto de estruturas mentais estruturadas. Essa compreensão traz consigo a ideia de que não é possível tratarmos a ciência como algo apenas “descritivo”, que atua de forma “pura”, pressupondo neutralidade por parte do cientista.

Como exemplo de objeto intransitivo utilizaremos o capitalismo, à medida que existe independente do conhecimento que se desenvolva sobre ele, porém é relativamente dependente de nossas ações, por ser um modo de produção que demanda, para seu funcionamento, a relação entre os indivíduos. Exemplo fundamental é a compra e venda de força de trabalho, que se dá entre indivíduos a partir de um contrato e é uma relação básica ao funcionamento do sistema, mas que não pressupõe uma compreensão sobre a funcionalidade daquela relação à reprodução do sistema. Por isso ele é autônomo ao nosso conhecimento, mas não às nossas ações.

A CIÊNCIA ECONÔMICA E A ARTE

A ciência econômica como um “conhecimento metódico e específico”, surge, como exposto em Corazza (2009), junto ao desenvolvimento do capitalismo, e evolui a partir de “saltos” e predominância de teorias. Também é possível encontrar em Paulani (2010, p. 29) o seguinte questionamento: “[...] que saber é esse que nasce com a Modernidade e que se afirma *pari passu* à consolidação do próprio capitalismo? [...]”, reafirmando a tese de que a ciência econômica nasceu junto ao domínio do capital sobre as relações sociais.

Com a mudança do padrão produtivo da sociedade, que deixa de ter como propósito a satisfação de necessidades e passa a funcionar de acordo com a valorização do capital, são necessárias algumas “respostas” às problemáticas que surgem com essa dinâmica.

É importante tomarmos considerações sobre o desenvolvimento da ciência econômica historicamente, para traçarmos alguma análise sobre o que ela “é”, tendo em vista que ela se transformou no decorrer da história, se tratando de algo que, de fato, “está sendo”, e se apresentou a partir de “diferentes objetivos”, podendo ter sua “definição” inconclusiva sem a consideração de suas especificidades em cada contexto, desde que não desconectadas de sua essência.

Podemos traçar uma relação interessante entre a arte e a ciência econômica. De acordo com Lukács (1965, p.53) a arte apresenta modificações em seu estilo a partir de “[...] uma necessidade histórico-

social da vida e é um produto necessário da evolução social [...]” e a composição, que encontra o dilema entre

[...] *participar ou observar* [que] corresponde, então, duas posições socialmente necessárias, assumidas pelos escritores em dois sucessivos períodos do capitalismo. A alternativa *narrar ou descrever* corresponde aos dois métodos fundamentais de representação próprios destes dois períodos. (LUKÁCS, 1965, p.53)

“A narração distingue e ordena. A descrição nivela tôdas as coisas.” (LUKÁCS, 1965, p. 62). Narrar ou descrever dizem respeito à posição que o autor ocupa em relação ao mundo ou seu objeto. Há como entender a relação do indivíduo com o meio a partir da compreensão de que o sujeito interfere nesse meio, sendo consideradas duas “coisas” autônomas em que o sujeito sujeita o meio, gerando uma relação de causa e efeito. Porém, é possível traçar uma compreensão também como uma relação “simbiótica”, em que a ação do sujeito modifica e é modificada pelo meio, no sentido de que, apesar de serem duas coisas “diferentes”, são atuantes de forma conjunta. Assim também, em relação à atuação do sujeito perante seu objeto.

Ao descrever, pressupõe-se um objeto “fixo” e definido. Dessa forma, o que levou ao objeto observado se conformar da forma atual é desprezível, pois o que se objetiva captar é a forma em que ele é no momento da observação, pois essa seria a representação da realidade. Além disso, é como se não houvesse aqui uma posição do observador, a posição não é de interferência no objeto, mas simples “descrição” do que ele é. Porém, conforme apontado por Lukács (1965, p. 66-67)

[...] A representação e caracterização dos homens e objetos de acordo com a experiência sensível imediata é uma operação que possui a sua própria lógica e um modo seu, específico, de distribuir acentos e realces. Ela consegue mesmo alguma coisa de pior que o mero nivelamento, isto é, consegue uma ordenação hierárquica às avessas. Tal consequência está implícita no método descritivo. [...] as particularidades deixam de ser portadoras de momentos concretos da ação, os pormenores adquirem um significado que não depende mais da ação ou do destino dos homens que agem. [...]

Aqui, vale retomarmos a ideia de que os conceitos não são algo por si só e que o entendimento sobre o mundo se dá pela relação com ele. Porém, o descrever retira a compreensão da totalidade que permeia os acontecimentos, permitindo apenas a captação do que é superficial e, portanto, não representativo da realidade. “O método descritivo é inumano [...]” (LUKÁCS, 1965, p.76) ao desconsiderar o dinamismo do mundo e as mudanças sociais provenientes da constante ação humana. Porém, diferente do que se diz, ele não é autônomo de uma concepção de mundo, mas trata com importância apenas o resultado, o “ponto de chegada” do desenvolvimento de qualquer “fato”, se tratando então da “verdade” sobre a coisa em si.

Por isso, em contraposição ao descrever, podemos apontar duas questões, em relação a como entender o que é a ciência econômica em si que, como dissemos anteriormente, deve levar em conta seu desenvolvimento desde o princípio, pois

Não há absolutamente nenhuma processualidade que não desdobre, no seu desenvolvimento, uma relação entre essência e fenômeno. Em sendo assim, o que distinguiria essência e fenômeno seriam as distintas funções que exercem no interior da processualidade da qual são determinações. (LESSA, 2001, p.92)

Importante, para que não tracemos nenhuma determinação a partir de aspectos superficiais, mas que levemos em consideração sua essência, tendo em vista que

Há, portanto, intrínsecas a toda processualidade, duas funções ontológicas articuladas e distintas: as determinações mais universais que perpassam todo o processo, e os momentos singulares que consubstanciam as mediações indispensáveis para que o processo se desenvolva de um estágio mais primitivo ao mais desenvolvido. (LESSA, 2001, p.93)

Como mais especificamente pela forma como essa ciência é “feita”, justamente essas mediações indispensáveis à processualidade, que nos ajudará a chegar em alguma “conclusão”.

Porém, compreender a filosofia e a ciência da forma como foram aqui expostas não é unanimidade, obviamente. Elas são percepções que trazem consigo uma contraposição à forma como são predominantemente entendidas.

O esforço que vem sido feito em relação à ciência é de que ela seja estritamente positiva, não com o objetivo de “percepção” dos fenômenos materiais e desenvolvimento de conhecimento sobre ele. A centralidade aqui está na capacidade de recortar da realidade aspectos específicos que possam agregar à possibilidade de o cientista prever certo evento futuro. Não se trata de conhecer a coisa em si, mas saber no que ela vai se desdobrar a partir da captura de um objeto estático.

NECESSIDADE HISTÓRICO-SOCIAL E A MUDANÇA DE PARADIGMA

A ciência econômica, em seu desenvolvimento passou por alguns paradigmas teóricos e, predominantemente, a análise do desdobrar desses paradigmas leva em conta a “superioridade” do paradigma vencedor, como fossem “meras posturas epistemológicas”, de acordo com o suposto em Paulani (2009). A autora ainda aponta que, essa visão, pode ser incluída em um modelo de aprendizado da teoria econômica chamado de *hard science*, definido pelo economista Persio Arida, em que se “[...] ignora a história do pensamento e no qual o estudante deve familiarizar-se de imediato com o estágio atual da teoria [...]” (PAULANI, 2009, p.1) e que ele traz consigo a ideia de “fronteira

do conhecimento”, que pressupõe que tudo de relevante das teorias anteriores foi agregado ao paradigma atual, tendo sido descartado apenas aquilo que não agrega à ciência.

[...] essas posturas são só aparentemente epistemológicas. A visão *hard science* não pode ser reduzida à ideia de que a ciência é um processo evolutivo, que aproveita o que é bom e descarta o que não presta, constituindo a fronteira do conhecimento uma espécie de síntese positiva dessa evolução. [...] no mundo das ciências sociais ela não faz nenhum sentido. Isto porque, como se sabe, este domínio do conhecimento caracteriza-se pelo permanente embate entre paradigmas, sendo que aqueles em princípio perdedores, ainda que vejam reduzir-se seu espaço acadêmico, nunca saem completamente de cena (aqui estou eu para comprovar isso, em pleno departamento de economia desta FEA), enquanto que os vencedores vivem à sombra das críticas e questionamentos dos demais paradigmas. (PAULANI, 2009, p. 3)

Apesar de que essas alterações pareçam estar baseadas apenas sob aspectos do “mundo das ideias”, elas ocorreram assentadas em “[...] transformações fundas [que] ocorriam no plano muito concreto das relações materiais e da luta entre as classes. [...]” (PAULANI, 2009, p.5).

A despeito de a ciência econômica, inicialmente com a Escola Clássica, apresentar-se em torno de problemas como a divisão da riqueza (valor) produzida pelo conjunto social entre as classes que compunham essa sociedade, a partir do momento em que o plano material demanda novas respostas, como o contexto social vivido na Inglaterra em meados do século XIX, a ciência econômica se modifica.

Nesse período houve um processo crescente de deterioração das condições de trabalho e os trabalhadores, que começaram a tomar força a partir da organização por sindicatos, passaram a “ameaçar” os interesses da classe burguesa, o que se traduziu em uma acentuada luta de classes, que progrediu em diversas transformações na dinâmica social e acabou por culminar na primeira Grande Depressão do sistema capitalista e então, a partir de uma “necessidade histórico-social”, como dito anteriormente em relação à arte por Lukács (1965), há necessidade da mudança do “meio” pelo qual é feita a ciência econômica.

Paulani (2009) explica que, para Marx, essa mudança de forma que a ciência econômica apresenta gira em torno da sua utilidade para o capital. A partir de então, com a dita “revolução marginalista”, a ciência econômica muda seu foco e sua problemática, além de ter seu nome alterado. Deixa de ser Economia Política e passa a ser Economia, não acidentalmente, tendo em vista que a partir de então a ciência se torna “pura”, sem a interferência de qualquer aspecto que não seja estritamente econômico, e os problemas considerados deixam de ser aqueles que levam em conta a totalidade das relações sociais, apresentando o individualismo metodológico baseado em uma racionalidade

ilimitada, que desconsidera a dinâmica das classes sociais e traz como central a problemática alocativa.

Novamente, em meados da década de 1930, emerge uma nova forma de pensar a economia, a partir de Keynes, em resposta aos reflexos deixados pelo padrão acumulativo da década anterior, provenientes da tomada da hegemonia econômica mundial pelos EUA. Nesse momento, o *American Way of Life* é posto em xeque, e são expostas contradições intrínsecas ao capitalismo a partir dessa manifestação de crise sistêmica em 1929 que teve como estopim o *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque. A depressão econômica que se segue a partir desse movimento é “combatida” a partir de políticas baseadas em novas respostas oferecidas por Keynes aos problemas que se apresentam na sociedade, no caso, principalmente ao desemprego em massa.

Entretanto, Paulani (2009, p.8) expõe um novo momento de “conversão” da ciência econômica

[...] a partir da crise que se instala no último quartel do século XX, tudo vira de cabeça para baixo e os sinais do jogo se invertem. O Estado surge como vilão, o mercado de panaceia. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela concentração de seus gastos. No coração do sistema, a guerra fria de Reagan assentada na *supply side economics* dirige-se não contra o ‘império do mal’ no exterior, mas contra a lembrança de Franklin Delano Roosevelt em casa, não contra os inimigos de plantão do hegemon geopolítico, mas contra o estado de bem estar social e contra qualquer outro sinal, por modesto que fosse, de prática intervencionista. No velho continente, a Inglaterra, decide que é necessário pôr um fim definitivo à era keynesiana e com Mrs. Thatcher à frente, ataca decididamente todas as formas de solidariedade social e todos os compromissos antes assumidos pelo *welfare state*. Para o terceiro mundo, ainda dobrado sob o peso das descomunais dívidas externas, reserva-se o Consenso de Washington.”

Ao falar sobre Franklin Delano Roosevelt, a autora se refere exatamente às políticas implementadas e baseadas em uma leitura keynesiana, como o *New Deal*, e a necessidade de alteração que se propõe após a crise do paradigma keynesiano, voltamos a afirmar a necessidade histórico-social para mudança de apresentação da ciência econômica, porém, mesmo no período em que houveram os supostos compromissos com o *welfare state*, a resposta, essencialmente, visava a manutenção da ordem social baseada no capital.

Percebemos a partir de Friedman uma compreensão parecida, tendo em vista o que se segue

[...] No mundo ocidental e, de modo específico, nos Estados Unidos da América, as divergências, entre cidadão imparciais, sobre as diretrizes econômicas, derivam muito mais das diferenças nas previsões relativas às consequências econômicas de uma ação – diferenças que serão eliminadas pelo processo da economia positiva – **do que de uma fundamental diversificação dos valores básicos** – diversificação em torno da qual os homens, em última análise, só podem lutar. (FRIEDMAN, 1981, p. 165, grifo nosso)

O que está sendo afirmado nesta citação está em torno da compreensão de que as disputas de paradigmas pela “vitória” não estão divergindo em torno dos valores básicos da sociedade capitalista, como por exemplo a propriedade privada, o livre mercado e a própria base de acumulação.

Apesar de, como supomos, existir um estatuto ontológico único tanto para o conteúdo, como para a forma, e a ciência econômica ter nascido *pari passu* à nova ordem social (a conformação e disseminação do capitalismo), trazendo consigo a conformação do sistema, as formas de se “fazer” essa ciência, ou seja, como ela se apresenta no decorrer da história, são diferentes. Porém, não acidentalmente, os programas de pesquisa científica, como definidos por Lakatos, que se tornam dominantes, acabam por não subverter a ordem do estatuto ontológico, que se “apresenta” como natural e eterna, assim como o próprio capitalismo. Aqueles programas que contradizem a essência deste sistema, não encontram espaço para emergir e disputar a representação desta ciência.

Lakatos traz, de acordo com Caldwell (1994), a visão de que é necessário nos atentarmos ao desenvolvimento ao longo do tempo das teorias, pois não é possível avaliá-las sem levar em conta toda a evolução histórica. Diferente do que se tenta sustentar geralmente, quanto à ideia da refutação, a análise do desenvolvimento da ciência a partir dos programas de pesquisa científica propõe o exame sobre as mudanças de problemas, julgando-os progressivos ou degenerativos, o que parece mais condizente do ponto de vista da construção de uma teoria econômica. Além disso, um aspecto nessa teoria que parece se aplicar bem ao desenvolvimento da economia, é a afirmação de que “mesmo quando uma teoria é falsificada, não será rejeitada a menos que exista uma substituta apropriada” (CALDWELL, 1994, p.49).

Porém, o que está em voga atualmente é a ideia de que a ciência econômica é essencialmente positiva.

[...] A ciência positiva não pretende realizar asserções ontológicas, constitui-se apenas em instrumento de captura de regularidades empíricas, presentes no mundo tal como ele é, em que o critério da boa teoria baseia-se em sua capacidade de produzir previsões acuradas acerca dos eventos da realidade. (CAVALCANTE, 2007, p.10)

Friedman (1981, p.167) afirma que “o objetivo último de uma ciência positiva é o desenvolvimento de uma ‘teoria’ ou de uma ‘hipótese’ capaz de produzir previsões válidas e significativas”. E, contrapondo à tese de um desenvolvimento construtivo de uma teoria econômica, a economia positiva se supõe neutra, sendo apenas utilizada para captura da realidade e produção de previsões acertadas e significativas sobre ela, o que não prevê nenhum acúmulo de conhecimento prévio.

O atual conflito, que está justamente em questionar a insustentabilidade da manutenção da posição hegemônica da tradição neoclássica, apresenta seu questionamento puramente sobre a “forma” que é feita a ciência econômica, mas não sua essência.

Então, talvez Friedman esteja certo em sua visão de positivismo e a ciência econômica seja realmente um instrumento. Instrumento para “[...] isolar os traços que se mostrem relevantes para a solução de um particular problema [...]” (FRIEDMAN, 1981, p.193). Que seja solucionar o problema de insustentabilidade do padrão acumulativo da sociedade, talvez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como partida a compreensão do que é a ciência a partir do exposto em Caio Prado Jr. (2009) e Bhaskar (2009) entramos em contradição com o que vem sendo proposto, a partir do positivismo, como forma de se fazer a ciência econômica. E questionamentos surgem, por exemplo, quanto ao que realmente é o fazer científico.

Apesar de julgarmos insuficiente a forma pela qual a ciência econômica é feita, o que trazemos como questionamento neste trabalho é se, de fato, compreendemos que ela representa seu papel e seu objetivo de acordo com seu estatuto ontológico. O julgamento que fazemos, portanto, parece estar em torno do que acreditamos que ela deveria ser e representar, que levaria justamente ao questionamento da essência do capitalismo em si. Porém, para a ordem do sistema capitalista, não é possível a conformação de uma “forma” de se fazer ciência econômica que subverta sua própria essência.

Por isso, no que nos parece, a ciência econômica e a instrumentalização proposta pelo *mainstream*, aqui representada por Friedman, é, sem embargo, a instrumentalização de um instrumento em sua essência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BHASKAR, Roy. **Uma teoria realista da ciência**. Trad. de Rodrigo Leitão, Niterói: UFF, 2000.

CALDWELL, Bruce. **Beyond Positivism**. Routledge: London, 1994. p. 35-52. Tradução livre

CAVALCANTE, M. Carolina. “Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico”. **Economia/UFF**, texto para discussão, nº 210, p. 1-23, mar. 2007.

CORAZZA, Gentil. “Ciência e Método na História do Pensamento Econômico”. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, p. 01-19, 2009.

FRIEDMAN, Milton. “Metodologia da Economia Positiva”. **Edições Multiplic**, 1981.

LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro**, ed. 5, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. **Ensaio sobre literatura**, v. 2, p. 43-51, 1965.

PAULANI, Leda. “Ciência econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão”. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 1 (117), p. 27-44, jan.-mar. 2010.

PAULANI, Leda. “A evolução do pensamento econômico e sua influência na teoria moderna: marxistas x neoliberais”. **Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas**, textos para discussão, nº 13, p. 1-12, São Paulo, out. 2009.

PRADO JR, Caio. **O que é Filosofia?** São Paulo: Brasiliense, 2007.